



.../ Portaria nº 004/2016-PAD – fls 002

- b) Fornecer recibo/documento interno, devendo conter, obrigatoriamente, o nome do sacado, a descrição do serviço executado e a autenticação mecânica do valor recolhido e/ou assinatura e identificação dos responsáveis pelo recebimento;
- c) Deverá haver um Código de Recolhimento específico correspondente, que será informada na planilha descrita na alínea “a”;
- d) O recolhimento pelo montante de arrecadação, de acordo com a planilha de recebimentos de controle interno, devidamente preenchida e assinada, deverá ser efetuado diariamente, dentro do montante total especificado no §2º deste, em qualquer estabelecimento bancário, casas lotéricas ou via *internet banking*; e,
- e) As planilhas de controle interno deverão ser arquivadas, seqüencialmente, no processo de origem da receita, devidamente acompanhadas pela GR, contendo a autenticação mecânica/eletrônica do agente arrecadador.

§2º É vedado a qualquer unidade/subunidade de reter em seu setor, valor acima de R\$ 200,00 (duzentos reais), correspondentes à somatória dos diversos recebimentos de pequenos valores.

Art.4º Os recursos oriundos de arrecadação realizada no âmbito da unidade, não poderão, em hipótese alguma, serem utilizados diretamente para pagamento de compras ou serviços. Para quaisquer necessidades de compras e/ou contratações de serviços, deverão seguir orientações estabelecidas na Portaria nº 014/2015-PAD.

Art.5º Caberá às Chefias das unidades/órgãos respectivos, a responsabilidade sobre o controle interno das atividades que envolvam arrecadação de recursos, recebimento de numerários (valores) e respectivo recolhimento aos cofres da UEM.

Art.6º Os setores em que suas prestações de serviços envolvam a emissão de fatura e conseqüente GR, **cabará a responsabilidade de controle do recebimento da mesma**, junto à Divisão de Finanças da UEM, bem como, **a cobrança do credor**, formalmente, caso não haja o pagamento dentro do vencimento estipulado na GR.

Art.7º Nos casos de emissão de faturas aos institutos ou fundações, com convênios firmados para gestão de financeira de cursos de especialização, cursos e eventos de extensão, caberá ao Instituto ou Fundação encaminhar solicitação de emissão de fatura, via ofício, à Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF/PAD.

Parágrafo único: O gestor do convênio, bem como, a unidade proponente do curso de especialização, curso e evento de extensão, serão responsáveis pelo correto recolhimento do valor a ser solicitado pelo Instituto ou Fundação.

Art.8º Caberá à Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF/PAD, a administração e coordenação do Sistema de Arrecadação, via Sistema Gescomp da UEM.

Art.9º O não cumprimento do estabelecido nesta Portaria, poderá acarretar responsabilização administrativa aos servidores executores e responsáveis pelas unidades/subunidades.

Art.10º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as demais disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

Maringá, 29 de junho de 2016.

Maria Helena Ambrosio Dias,
Pró-Reitora de Administração.

